



História, Ciências, Saúde - Manguinhos
ISSN: 0104-5970
hscience@coc.fiocruz.br
Fundação Oswaldo Cruz
Brasil

de Paula Andrade, Rômulo; Lana, Vanessa
Médicos, viagens e intercâmbio científico na institucionalização do combate ao câncer no Brasil (1941-1945)

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 17, núm. 1, julho, 2010, pp. 129-126
Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Brasil

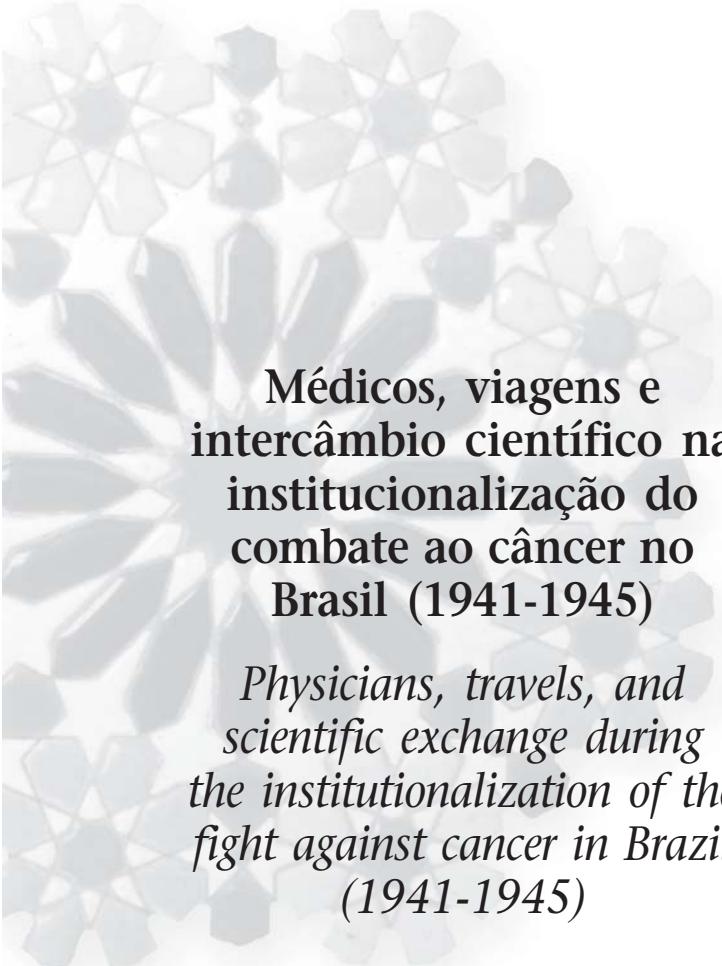
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138052007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Médicos, viagens e intercâmbio científico na institucionalização do combate ao câncer no Brasil (1941-1945)

*Physicians, travels, and
scientific exchange during
the institutionalization of the
fight against cancer in Brazil
(1941-1945)*

Rômulo de Paula Andrade

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/
Fundação Oswaldo Cruz – (COC/Fiocruz)
Av. Gomes Freire, 474/31
20231-015 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
romulopa@hotmail.com

Vanessa Lana

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/
Fundação Oswaldo Cruz – (COC/Fiocruz)
Rua Santa Rita, 267/304
36010-070 – Juiz de Fora – MG – Brasil
vanlana@uol.com.br

Recebido para publicação em abril de 2009.
Aprovado para publicação em fevereiro de 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula; LANA, Vanessa. Médicos, viagens e intercâmbio científico na institucionalização do combate ao câncer no Brasil (1941-1945). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl.1, jul. 2010, p.109-126.

Resumo

Analisa ações de médicos ligados às iniciativas pública e privada e que colaboraram para a incorporação do combate ao câncer, na agenda das políticas públicas de saúde do governo federal, cristalizadas na criação do Serviço Nacional de Câncer em 1941. Objetiva também demonstrar que esse processo histórico se relaciona diretamente ao contexto internacional de intercâmbio científico entre o Brasil e os Estados Unidos, incentivado pela ‘política da boa vizinhança’, nos anos 1940. Aponta disputas políticas pela primazia da coordenação de ações de combate à enfermidade, no âmbito do poder central.

Palavras-chave: intercâmbio científico; história das doenças; história do câncer; Brasil.

Abstract

The article analyzes initiatives taken by physicians from both the private and public sectors who contributed to placing the fight against cancer on the federal government's agenda of public health policies, which became embodied in the 1941 creation of Brazil's National Cancer Service. The text also aims to show that this historical process was directly related to the international context of scientific exchange between Brazil and the United States that was encouraged under the Good-neighbor Policy of the 1940s. It calls attention to political disputes over the coordination of efforts to fight the disease at the federal level.

Keywords: scientific exchange; history of disease; history of cancer; Brazil.

Este artigo analisa ações estatais e privadas que, de forma complementar, colaboraram para a inclusão do combate ao câncer na agenda governamental dos anos 1940. O intuito é demonstrar que, embora possua particularidades, o processo histórico de criação do Serviço Nacional de Câncer (SNC) se relacionou diretamente ao contexto interno de conformação estatal da saúde pública do governo Vargas e ao panorama externo de intercâmbio científico entre Brasil e Estados Unidos, incentivado pela ‘política da boa vizinhança’, no decurso da Segunda Guerra Mundial. As trocas culturais decorrentes desse processo de ‘americanização’ da sociedade brasileira foram discutidas pela historiografia, em trabalhos que visam compreender tal período (Moura, 1980; Tota, 2000). Pesquisas recentes indicam que essa aproximação teve efeitos decisivos não só na expansão de padrões culturais, mas também no percurso histórico local das políticas de saúde, acentuando um processo de intercâmbio em curso desde as primeiras décadas do século XX, por meio da criação de agências bilaterais e bolsas de estudo (Campos, 2001; Campos, 2006). Se a cultura foi o principal foco da agência criada por Nelson Aldrich Rockefeller, a saúde também não passou despercebida.¹

O artigo também ressalta o trabalho de dois profissionais de saúde que, ao lado do cirurgião Mário Kroeff, tiveram papel relevante na história do combate ao câncer no Brasil: o médico gaúcho Antônio Saint Pastous de Freitas e o cirurgião paulista Antônio Prudente Meireles de Moraes. A literatura médica aponta Kroeff como figura central na criação do SNC, além de tê-lo como protagonista máximo desse processo histórico. O cirurgião teve um papel vital na história que será contada, porém o processo de pesquisa aqui apresentado aponta para outros personagens e contextos que complementam o mosaico da institucionalização dos serviços de combate à enfermidade no país.

Inicialmente a atenção estará voltada para o percurso histórico da gradual atenção do poder central em relação ao câncer, tendo em vista a estruturação da política nacional de saúde pública nas primeiras décadas do século XX. A seguir, será enfocado o intenso intercâmbio científico ocorrido no governo Vargas, privilegiando atores e instituições inseridas nesse contexto, como o gaúcho Antônio Saint Pastous de Freitas, enviado aos Estados Unidos em 1941 por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do governo Vargas. A viagem tinha o objetivo de estudar a organização das instituições voltadas para os cuidados ao câncer naquele país, para que se apresentassem propostas para a conformação de políticas contra a enfermidade no Brasil.

Num segundo momento, discute-se o SNC em seu período inicial de funcionamento (1941-1945), tendo em vista os diferentes projetos para uma ação estatal contra a doença. Por fim, analisa-se a atuação de Antônio Prudente Meireles de Moraes, diretor da Associação Paulista de Combate ao Câncer (APCC), que, em 1943, submeteu ao governo federal o projeto Rede Nacional Contra o Câncer, com o intuito de organizar as ações anticancerosas no país. A iniciativa criou tensões nas esferas governamentais em virtude da recente criação da Campanha Nacional Contra o Câncer, sob o escopo do SNC e com objetivos semelhantes.

Capítulos iniciais do controle do câncer no Brasil

Nas primeiras décadas do século XX, o câncer foi, aos poucos, se tornando foco da atenção de diversos grupos médicos do país. O interesse desses profissionais na problemática

do câncer deveu-se, em grande parte, aos seus contatos com a literatura internacional sobre o tema e, principalmente, por suas atuações em congressos médicos internacionais. Os primeiros esforços de sistematização da questão do câncer no Brasil são observados em artigos escritos em publicações especializadas, como o de Azevedo Sodré em 1904 e Olímpio Portugal em 1910, com interpretações diferentes mas com o objetivo comum de conscientizar os médicos brasileiros sobre os perigos da doença (Sodré, 1904; Portugal, 1910).

O primeiro passo para a incorporação do câncer como problema de saúde pública, na agenda nacional de políticas, ocorreu na reforma sanitária de 1920, que deu origem ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Na nova instituição, a doença ocupou espaço na Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. No entanto, o esforço em trazer a enfermidade para a lógica das ações de saúde pública não logrou resultados imediatos, tendo a Inspetoria ação limitada no combate à doença (Sanglard, 2008; Teixeira, 2009). O conhecimento médico da época aproximava o câncer e a lepra no que concerne ao contágio, pois a maior parte dos médicos afirmava que ambas as enfermidades deveriam ter formas de transmissão semelhantes, tendo como consequência a necessidade de acompanhamento maior de sua incidência, bem como a formulação de ações que evitassem a disseminação (Teixeira, 2009). Nesse intervalo de tempo, ocorreu também o desenvolvimento de técnicas que ampliaram o poder de atuação da medicina na luta contra a doença, entre as quais a ampliação do uso e o melhor conhecimento da radiologia e a eletrocirurgia, trazida ao Brasil por Mário Kroeff.² Num contexto de ampliação das preocupações com a doença, tais inovações fomentaram o envolvimento da comunidade médica com a enfermidade e impulsionaram discussões e propostas de ação mais articuladas para conter o avanço do câncer (Teixeira, Fonseca, 2007).

Um importante indício da maior atenção dada à doença pela comunidade médica pode ser verificado em 1935 com a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Cancerologia. O evento, sediado na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), contou com participação de personalidades políticas ligadas ao primeiro governo Vargas, como o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o diretor do Departamento Nacional de Saúde, João de Barros Barreto. Este afirmou, em sua comunicação, a necessidade de criar, no Distrito Federal, um centro de cancerologia (Barreto, 1936). A novidade em relação ao congresso reside no fato de a saúde pública, por meio de sua voz oficial, divulgar um projeto voltado para prevenção e diagnóstico da doença, além da criação de uma instituição direcionada ao tratamento de doentes no Distrito Federal, em oposição à Inspetoria anterior, que se limitava mais à propaganda e à verificação de incidência da enfermidade (Teixeira, 2009).

Em 1941 o governo manteve seu programa de ampliação do controle das ações políticas em saúde por meio de uma grande reforma na área, liderada pelo ocupante da pasta da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Reorganizou-se o Departamento Nacional de Saúde, criaram-se serviços nacionais de combate a doenças específicas, verticalizaram-se as atuações do governo federal com a expansão dos serviços de saúde por todo o território nacional. Três meses depois da lei que criou os serviços nacionais, em 1941, o decreto-lei 3.643 instituía o SNC, que representou a incorporação definitiva da doença ao conjunto de ações da saúde pública brasileira. A criação do órgão federal refletiu o início de uma

política de cunho nacional que buscou expandir as ações em saúde de controle da doença para além da capital federal, por meio de uma proposta de centralização e normatização administrativa levada a cabo por seu diretor, Mário Kroeff. Além disso, a implantação de um órgão central no tratamento e nas discussões acerca do câncer catalisou a incorporação do mesmo ao rol de prioridades da saúde pública no âmbito federal.

Uma das funções do SNC era fomentar uma campanha permanente de combate ao câncer, intitulada posteriormente de Campanha Nacional Contra o Câncer, tendo como pressupostos a propaganda do diagnóstico precoce e o auxílio do governo federal em iniciativas regionais de criação de unidades para tratamento de doentes. O decreto de criação do Serviço previa a coordenação federal das ações da campanha, porém a abrangência de atuação do órgão foi bastante limitada, em especial no período inicial de seu funcionamento. Assim, não era possível prescindir das ações de organizações privadas, estaduais e locais, sendo necessário integrá-las à campanha. O decreto cumpria esse papel, ao afirmar, em seu terceiro artigo, que caberia ao SNC “orientar e coordenar a ação das repartições estaduais e municipais destinadas ao combate do câncer e, bem assim, das instituições de iniciativa particular, que realizem quaisquer atividades concernentes a esse problema”. Até o fim do governo Vargas, em 1945, quatro instituições privadas seriam incorporadas à Campanha Nacional Contra o Câncer.³

Conforme argumentamos, a criação do SNC está diretamente ligada à história da estruturação da saúde pública no país, porém a entrada efetiva, na esfera estatal, dos cuidados à doença não se explica apenas pelo percurso histórico local. Essa conformação se relaciona também à conjuntura internacional dos anos 1940, na qual o país intensificou trocas culturais e científicas com os EUA. Nesse período, médicos foram enviados àquele país com o intuito de conhecer e estudar as ações contra o câncer, bem como sua organização hospitalar. Os profissionais designados para as viagens tinham boas relações com pessoas ligadas ao governo Vargas, além de possuir papel de destaque no cenário nacional da cancerologia, exercendo papel executivo em instituições da esfera privada e pública. Um exemplo é o próprio diretor do SNC, Mário Kroeff, que foi para os EUA em 1942. O fato de as primeiras instituições incorporadas à Campanha Nacional Contra o Câncer terem sido a Associação Médica de Combate ao Câncer do Rio Grande do Sul (AMCCRS), capitaneada pelo médico gaúcho Antônio Saint Pastous de Freitas, que também viajou aos EUA em 1941, e a Associação Paulista de Combate ao Câncer (APCC), organizada pelo cirurgião paulista Antônio Prudente Meireles de Moraes, que foi aos EUA em 1945, é indício do prestígio desses profissionais junto ao poder central.

Nesse percurso histórico, podemos verificar que iniciativas particulares de outras partes do Brasil foram ativas no processo de formação de uma política nacional de combate ao câncer, no que tange tanto aos intercâmbios científicos com os EUA quanto à elaboração de projetos nacionais em relação à enfermidade. Assim, argumentamos que a estruturação estatal no combate à doença nos anos 1940 se relacionou diretamente aos contextos interno e externo da época, caracterizado pelo aumento da influência norte-americana no país, vindo ao encontro de iniciativas individuais e coletivas nos cuidados à doença. Antes de abordar as viagens dos três médicos, é necessário apontar, mesmo que de maneira breve, a conjuntura externa em foco.

Contextos em movimento: relações internacionais e intercâmbio científico nos anos 1940

No início da década de 1940, as relações internacionais estiveram marcadas pelas tensões decorrentes da Segunda Guerra Mundial e das redefinições diplomáticas oriundas do desenrolar do conflito. Era um momento de busca de hegemonia pelos blocos então em disputa, com a elaboração de estratégias no intuito de angariar aliados e fortalecer as orientações político-ideológicas em questão naquele momento. No caso do Brasil, o país tentou manter certa neutralidade, sem a tomada de posição específica, na tentativa de melhor estabelecer negociações com ambas as partes e, consequentemente, retirar proveitos e benefícios das trocas comerciais (Moura, 1980). Assim, o país manteve relações com a Alemanha nazista na negociação de investimentos de capitais em setores estratégicos da economia brasileira, em consonância com os interesses do Estado varguista e com a proposta de fortalecimento do poder do Estado e da identidade nacional (Campos, 2006). Por outro lado, os Estados buscavam formar um grupo de aliados no continente que pudessem fortalecer sua posição no conflito que se desenrolava e nas extensões e implicações do mesmo nas redefinições do poderio mundial (Tota, 2000). Porém, em 1942, a neutralidade perdeu força entre seus seguidores. Essa mudança resultou de fatores externos, como o bombardeio à base militar norte-americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941, em conjunto com pressões internas resultantes de acontecimentos capitais, como o bombardeio a navios brasileiros no Nordeste (Moura, 1995). Um evento decisivo no redirecionamento do processo decisório da política externa foi a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, na qual o Brasil rompeu relações com Alemanha, Itália e Japão. Nesse período foram assinados acordos econômicos e militares entre Brasil e Estados Unidos, conhecidos como acordos de Washington.

Tais acontecimentos refletiram-se não só na política e nos planos militares do governo Vargas, num momento de (re)construção do Estado nacional, mas também na conformação de uma política nacional de saúde pública que, nas décadas de 1930 e 1940, atuou como elemento estruturante e catalisador na construção e formação do Estado nacional, nos níveis de normatização, centralização, formação e especialização profissional das ações governamentais na área da saúde. Tais aspectos encontravam-se em voga nas discussões internacionais, operando indicadores da conjuntura internacional para a área e das preocupações com problemas de interdependência em termos de doenças, saúde populacional e desenvolvimento econômico (Fonseca, 2007).

O período em que Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-1945) representou uma intensa troca entre dirigentes da área de saúde do Brasil e do exterior. O processo de estruturação da saúde pública brasileira acompanhou um duplo movimento: internamente, esteve associado ao contexto político e ao projeto ideológico do governo Vargas, e externamente coadunava-se, em muitos aspectos, aos debates especializados em fóruns internacionais. As conferências internacionais dos anos 1930 pautaram as diretrizes dos Estados latino-americanos no campo da saúde pública, e no Brasil, em especial, observa-se uma comunhão entre os indicativos dos fóruns internacionais e as prioridades políticas definidas para as instituições do Ministério da Educação e Saúde (Fonseca, 2007).

Os debates acompanhavam as questões concernentes à conjuntura internacional da época, nos acordos de colaboração no combate às doenças e na criação de instituições de saúde brasileiras. A preocupação em formar profissionais de saúde pública naquele momento é notória, principalmente por meio do intercâmbio entre profissionais, um mecanismo mais ágil para garantir formação especializada e, ao mesmo tempo, estreitar relações diplomáticas entre nações. Essa troca acentuou-se a partir do contexto de guerra, entre 1939 e 1945, sobretudo após a criação do Office of Inter-American Affairs (OIAA), em 1940.⁴ Criado por Nelson Adrich Rockefeller, tinha a função de promover o desenvolvimento das relações comerciais e culturais entre as repúblicas americanas, com o fim de incentivar a solidariedade e aprofundar o espírito de cooperação entre as Américas no interesse de defesa do hemisfério (Tota, 2000; Campos, 2006).

O momento das viagens é também um marco nas iniciativas brasileiras com relação ao combate ao câncer, tanto nos investimentos em pesquisas e espaços de tratamento quanto na criação de instituições voltadas para a enfermidade, todos engendrados na proposta governamental para a saúde pública. Foi um período em que a doença entrou no rol de prioridades governamentais, com um espaço de discussão mais bem articulado e a constituição de um corpo profissional específico, o qual, ainda que não tivesse caráter homogêneo em suas ações e proposições, articulava-se em torno da problemática da doença, evidenciando a questão para a sociedade e as autoridades governamentais.

É no contexto acima delineado que se inserem as viagens de médicos brasileiros aos Estados Unidos, buscando especializar-se no tratamento e organizar os serviços de cuidado ao câncer. Ampliando o argumento inicial, indicamos que tal intercâmbio não resultou em uma simples difusão dos preceitos estadunidenses nos cuidados ao câncer, tendo em vista que as viagens vieram ao encontro de ações realizadas em âmbito local, como a criação de instituições voltadas para a enfermidade e ações articuladas entre o poder público e o privado.

A viagem de Saint Pastous aos Estados Unidos

Antônio Saint Pastous de Freitas nasceu em 11 de fevereiro de 1892, na cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1915. Entre 1921 e 1922 viajou à Europa para cursos de aperfeiçoamento. Em fins de 1922 criou o Instituto de Radiologia e Eletricidade Médica em sua cidade natal, tornando-se um especialista na área de clínica médica, com pesquisas sobre cancerologia e radiologia. Em 1935 tornou-se catedrático de clínica médica na faculdade onde se graduou (Anais..., 1943, p.155).

Em agosto de 1941, o médico inaugurou, no Hospital São Francisco, em Porto Alegre, o Serviço de Radium, Roentgen e Contatoterapia, para tratamento do câncer e dos tumores em geral; segundo o médico, os benefícios desse centro de tratamento se estenderiam aos enfermos indigentes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Anais..., 1943, p.155). No mesmo mês fundou, ao lado de outros médicos rio-grandenses que também colaboraram com a criação da ala de tratamento de câncer do hospital, a AMCCRS, uma organização particular que tinha por objetivo sistematizar e coordenar os cuidados à enfermidade na

região, com base em três aspectos básicos: diagnóstico, tratamento e campanhas educacionais (p.13). O estatuto da Associação previa também a execução de um amplo programa da campanha médico-social, através da criação do Instituto Central de Cancerologia em Porto Alegre e sua consequente expansão através da abertura de postos regionais nas cidades adjacentes. O periódico *Correio do Povo* celebrou a criação da organização: “Porto Alegre, pois, dotada já como dissemos, do maior e mais bem aparelhado serviço de cancerologia do Brasil, vai se tornar, agora, o centro de irradiação de um amplo movimento que, indo a todos os municípios rio-grandenses, tenderá a repercutir nas demais unidades do país inspirando uma campanha nacional de guerra ao câncer, que tão pesado ônus impõe, anualmente, à família brasileira” (*Correio do Povo*, 19 ago. 1941).

Osvaldo Aranha, também alegretense e intendente do município entre 1925 e 1927, embaixador do Brasil nos Estados Unidos e, à época, ministro das Relações Exteriores, nomeou Saint Pastous de Freitas para viajar aos EUA, com fim de coletar dados e materiais sobre o problema médico-social do câncer e a organização hospitalar naquele país (Freitas, s.d., p.5). Antes da viagem do médico, o ministro enviara correspondência às autoridades que o receberiam, como Hugh Cummings, diretor do Pan American Sanitary Bureau, e Warfield T. Longscope, diretor da Johns Hopkins Medical School, como também ao diretor do OIAA, Nelson Aldrich Rockefeller:

Escrevo a você com grande prazer e total confiança em sua capacidade para ajudar meu muito querido amigo dr. Antonio de Saint Pastous de modo que venha a se desincumbrir com sucesso de sua missão nos Estados Unidos. ... O dr. Saint Pastous é um dos cientistas notáveis do Brasil e não conheço melhor maneira de promover as boas relações entre nossos países do que o intercâmbio de homens de pensamento e ação, como é o caso, você verá, do professor Saint Pastous (Aranha, s.d., fot.191).

Após as preparações diplomáticas, o governo federal liberou verba especial para a viagem do médico, por meio do decreto-lei 3.803, de 6 de novembro de 1941. Entre 20 de agosto e nove de novembro de 1941, Saint Pastous visitou serviços de câncer, como o Instituto Nacional de Câncer, em Bethesda, Maryland; o Rockefeller Institute e a American Sociey for the Control of Cancer, em Nova York; e o Chicago Tumor Institute e as seções de Radium e Radioterapia do Michael Reese Hospital, em Chicago. Esteve também em outras instituições e associações médicas, como o Pan American Sanitary Bureau, em Washington, o US Public Health Institute, em Bethesda, o OIAA – onde se encontrou com Nelson Rockefeller – e a Johns Hopkins University, em Nova York. O médico teve ainda a oportunidade de participar de dois congressos: a 43^a convenção anual da American Hospital Association e o 42^º Congresso de Radiologia, em Cincinnati (Freitas, s.d., p.7). Enquanto esteve no exterior, Saint Pastous enviou e recebeu missivas de Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema, indicando um acompanhamento constante de sua viagem. Em correspondência ao primeiro deles, o médico agradeceu a oportunidade.

Estou chegando ao término da minha viagem, de cuja inspiração te sou credor. Levo comigo precioso cabedal, de material e de conhecimento. ... Sou surpreendido por novas possibilidades: prodigioso o campo de conhecimento, sedutora a benevolência dos homens. ... à riqueza material incomparável, o americano sobreleva o encantamento de sua simplicidade acolhedora. ... levo completo material de educação popular da American

Society for the Control of Cancer, de que fui nomeado membro. Estou também incluído na Liga Pan-americana de Luta Contra o Câncer, cuja diretoria, presidida pelo venerável Carter Wood, ofereceu-me ontem um almoço. Recebi, em Chicago, um telegrama de Nelson Rockefeller, convidando-me para uma entrevista em Washington (Freitas, 27 ago. 1941, p.7).

Saint Pastous, na mesma correspondência, mostrou-se preocupado com o prestígio dos cancerologistas brasileiros e de suas associações ante às organizações internacionais de combate ao câncer. Com o intuito de continuar a colaboração com médicos estrangeiros, solicitou a Osvaldo Aranha que adiantasse a retirada do passaporte de L. Tomarkin, secretário-geral da Pan American League Against Cancer, que partiria no mês seguinte para uma excursão às nações latino-americanas, com objetivo de realizar um trabalho preparatório para a Liga Pan-americana de Luta Contra o Câncer:

Posso afirmar-lhe que [caso o passaporte não saia] o nosso país ficará em esquisita inferioridade e perderá interessante oportunidade (Como já perdeu o ensejo de centralizar o abastecimento de Radium no Canadá e a sede do Congresso Pan-americano de Câncer, em 1942, que foram transferidos para a Argentina). Peço-lhe, pois, em nome do prestígio do Brasil, que você mande autorizar o Consulado de Nova York, por telegrama, a dar a vista. ... Com esta viagem nos Estados Unidos você me fez o maior bem a que eu poderia esperar na maximidade de minha vida médica. Espero que ela seja útil ao nosso meio médico, o que para mim, constará uma razão de recompensa (Freitas, 27 ago. 1941, fot.192, p.7).

No relatório a Capanema, Saint Pastous apontou sugestões para a organização dos serviços de câncer no Brasil: criar um Instituto de Pesquisa dedicado ao câncer; contratar dois técnicos norte-americanos (um pesquisador e um patologista) dedicados ao estudo do câncer; destacar, com bolsas governamentais, para estágio de aperfeiçoamento nos EUA, um grupo de médicos especializados em cancerologia; e utilizar a cooperação de L.W. Tomarkin, secretário-geral da Liga Pan-americana de Luta Contra o Câncer para colaborar na organização da campanha social contra o câncer no Brasil (Freitas, s.d., p.19).

Ao retornar dos EUA, o médico promoveu reformas na organização dos serviços dedicados ao tratamento ao câncer no Rio Grande do Sul. Em conjunto com o grupo de médicos que colaboraram na fundação da AMCCRS, refundou-a como Sociedade Médica de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul (SMCCRS), em 18 de junho de 1942. Diferentemente do estatuto de funcionamento da antiga associação, incorporou a pesquisa experimental como um dos aspectos fundamentais da nova sociedade, ao lado do tratamento, do diagnóstico e da campanha educacional. Por inspiração do Colégio Americano de Cirurgiões, que visitara, passou a preconizar o conceito de clínica integral do câncer em hospitais gerais, pois assim, em sua opinião, o diagnóstico precoce do câncer poderia ser realizado. O conceito de clínica integral de câncer pressupunha uma completa aparelhagem médica em um mesmo lugar, a unir cirurgia, laboratório e radiologia. A ideia de Saint Pastous era que essas clínicas fossem instaladas em hospitais gerais públicos, com o objetivo de tornar acessível o atendimento a doentes indigentes (Anais..., 1943, p.97).

A organização da SMCCRS era pautada no Instituto de Cancerologia de Porto Alegre, criado em 1942, e na expansão de postos regionais para o interior do Rio Grande do Sul para as cidades de Pelotas, Bagé e Santa Maria, todos a partir da ideia de clínica integral.

No mesmo ano, em 19 de novembro, a Sociedade foi incorporada à Campanha Nacional Contra o Câncer (CNCC), através do decreto-lei 4.975, coordenada pelo recém-criado Serviço Nacional de Câncer. Desta forma, a SMCCRS passou a receber subvenção anual do Estado brasileiro. Gustavo Capanema, ao encaminhar a Getúlio Vargas o anteprojeto do decreto-lei que incorporava a SMCCRS à CNCC, justificou a entrada da sociedade na campanha:

Está a merecer consideração e apoio a Sociedade Médica de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul, de fundação recente. É uma instituição de caráter particular que se organizou com o fim de empreender a campanha contra o câncer em todo o território daquele estado. A importante obra já realizada por essa instituição bem demonstra a segurança de sua organização e a boa orientação de seus trabalhos. ... O entrosamento da iniciativa particular com o poder público, para fins de assistência social, tem dado excelentes resultados, sendo, pois, o modo de organização local da campanha nacional contra o câncer (citado em Anais..., 1943, p.154).

Em 24 de junho de 1943, o decreto-lei 5.617 autorizava a primeira subvenção da SMCCRS no valor de Cr\$75.000,00. Em 19 de agosto do mesmo ano, foi fundada a Sociedade de Cancerologia, cujo intuito era tornar-se o centro de estudos e intercâmbio científico da Sociedade. Seu estatuto previa a criação de uma revista, chamada *Anais da Sociedade de Cancerologia*. Por fim, no mesmo ano, João de Barros Barreto, diretor do DNS, à época principal executor da saúde brasileira, teceu elogios à SMCRSS ao avaliar o estado das ações anticancerosas no Brasil:

Em Porto Alegre, a situação é bem melhor. O Professor Saint Pastous com a sua Associação de Combate ao Câncer, dispondo de radioterapeutas, anatomo-patologista, dermatologista, laboratorista, cirurgião e clínicos, tem no Hospital Moinhos de Vento instalações para tratamento cirúrgico, pelo radium e pela roentgenoterapia profunda e no Hospital São Francisco instalações similares, com laboratório, ambulatório, enfermarias e quartos particulares: em cerca de 4 anos foram tratados 1.009 pacientes, 648 dos quais contribuintes. Quanto a associações de combate só existiam 2, uma em Salvador com pequena atividade e outra, a de Porto Alegre, cujo raio de ação está se estendendo a Pelotas, Bagé e Santa Maria (Anais..., 1943, p.102).

A análise do percurso profissional de Antônio Saint Pastous de Freitas permite compreender o papel da iniciativa privada e das relações pessoais como importantes elementos da institucionalização das políticas de saúde voltadas ao câncer, no primeiro governo Vargas. Porém, o principal elemento formulador de ações contra a doença nos anos 1940 foi o Serviço Nacional de Câncer, cujo diretor, o médico cirurgião Mário Kroeff, realizou uma viagem de estudos aos Estados Unidos em 1942.

"Freedom from cancer": Mário Kroeff na terra do Tio Sam

A pedido de Gustavo Capanema, Mário Kroeff obteve autorização governamental para viajar aos EUA por seis meses com financiamento do governo (conforme o decreto-lei 4.734, de 15 de junho de 1942). Em sua ausência, o SNC foi chefiado pelo médico sanitarista Sérgio Lima Barros de Azevedo. O diretor do SNC embarcou em 8 de julho, com o objetivo de adquirir *radium* para iniciar as atividades de radiologia no Serviço, além de estudar a

organização contra a doença no território norte-americano. Segundo o médico, a visita a laboratórios e instituições naquele país orientaria seus planos de criação e instalação de um instituto central de câncer no Brasil (Brasil, 2007).

Durante a viagem, Kroeff visitou diversas instituições em Nova York (Rockefeller Institute, Medical Center, Bellevue Hospital e American Society for the Control of Cancer), Boston, Filadélfia, Chicago, Rochester e Washington, onde conheceu o National Institute of Cancer. Durante sua estada, acompanhou também os serviços do Memorial Hospital de Nova York com o intuito de adotar, no SNC, as técnicas norte-americanas de diagnóstico e radioterapia, além de exibir um filme elaborado pelo Serviço sobre ‘luta contra o câncer’. Em discurso na Tudor City Unit of American Women’s Voluntary Services, o médico ressaltou o trabalho que fazia a esposa de Vargas, dona Alzira, de forma a demonstrar semelhanças entre o trabalho de organizações voluntárias norte-americanas e brasileiras. Também teceu elogios à organização da luta anticâncer no país anfitrião: “há portanto qualquer surpresa em que a humanidade inteira olhe com esperança para os Estados Unidos em busca de solução radical para esse problema?” (Brasil, 2007, p.304).

Kroeff recebeu, em nome do ministro Gustavo Capanema, a medalha Walter Reed, conferida pela American Society of Tropical Medicine, pelos trabalhos de combate à febre amarela e à malária realizados pelo Brasil. Em junho de 1943, Kroeff discursou num programa da Divisão de Rádio do Coordenador dos Negócios Interamericanos, ressaltando a cooperação entre os dois países:

Apesar de não falar bem o espanhol, não pude me furtar ao convite para dizer algumas palavras ao microfone da Divisão de Rádio do Coordenador dos Negócios Interamericanos ... Será a emoção de mais um habitante deste hemisfério para vibrar na edificante harmonia de sentimentos que hoje se ergue pelos ares das Américas ... será mais uma palavra na corrente de mensagens que partem das Américas para as Américas, numa mútua compreensão de ideias e propósitos (Brasil, 2007, p.358).

Após o retorno da viagem, o médico foi homenageado com um banquete oferecido no Automóvel Clube no Rio de Janeiro, em agosto de 1943. Em tempos de guerra mundial, o discurso era de enaltecimento da ‘missão’ de Kroeff no exterior e de seu ímpeto de atuação contra o câncer no Brasil. Ao se pronunciar sobre a viagem e suas impressões pessoais, Kroeff relatou seus compromissos institucionais e as visitas que fez a várias organizações ligadas à saúde nos Estados Unidos, tais como a Universidade de Harvard, o Colégio Americano de Cirurgiões e a Academia de Medicina de Nova York. Em tom de cordialidade, ressaltou as relações amistosas entre os dois países, atentando que jantares, reuniões, congressos, visitas e jornadas médicas evidenciavam um “leal intercâmbio científico”, o que também consolidava os princípios da cordialidade continental, no rol de ações da política da boa vizinhança (Brasil, 2007).

Em artigo ao jornal *Correio da Manhã*, Kroeff afirmou que “os olhos da humanidade estavam voltados para os laboratórios dos Estados Unidos” (Brasil, 2007, p.327), devido ao grande trabalho anticanceroso que, em pouco tempo, seria “mais uma liberdade conquistada pela geração atual: *Freedom from cancer*” – uma referência ao discurso de Franklin Roosevelt de 1941.⁵ Afirmou que se impressionara com os saltos dos índices de expectativa de vida

que os EUA atingiram, e que se as medidas tomadas lá fossem aplicadas no Brasil, o país teria oportunidade de melhorar a questão sanitária.

Ao enviar médicos nacionais para pesquisa e conhecimento dos tratamentos contra o câncer nos Estados Unidos, o governo brasileiro pautava-se no discurso de aprimoramento das ações de âmbito nacional por meio do intercâmbio com as iniciativas americanas. Além das questões científicas, a aquisição de *radium* no país com maior peso político e econômico do período representava um avanço, em termos terapêuticos, para o controle da doença, com aplicação de material de cura com grandes expectativas naquele momento. Nas palavras de Gustavo Capanema, a solicitação era para que se buscasse o recolhimento da maior quantidade possível de dados, estudos e informações dos meios científicos norte-americanos, para permitir aplicar, no Brasil, as novas técnicas de profilaxia na assistência aos cancerosos, pautando-se em métodos cada vez mais seguros e eficazes (Capanema, 4 jul. 1942).

No entanto, para Mário Kroeff, seu período de intercâmbio científico não seria tão tranquilo quanto poderia supor. Entre as turbulências do período esteve a transferência provisória das instalações do SNC, pois o Hospital Estácio de Sá, onde até então o Serviço funcionava, fora doado à Polícia Militar do Distrito Federal para a construção de um hospital para a corporação. O problema só foi solucionado quando o Ministério da Educação e Saúde arrendou um prédio particular, localizado na rua Conde dos Lages, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A situação perdurou até depois do governo Vargas, quando a sede do SNC foi transferida para o Hospital Gaffrée-Guinle, no bairro carioca da Tijuca (Teixeira, Fonseca, 2007). Outra turbulência que caracterizou o período foi o projeto de combate à enfermidade em alcance nacional apresentado ao governo federal pelo paulista e também militante da luta contra o câncer no país Antônio Prudente Meireles de Moraes.

O Plano Prudente e as disputas pela primazia das ações de combate ao câncer

Antônio Prudente Meireles nasceu na cidade de São Paulo, em 8 de julho de 1906. Membro de tradicional família paulista, era neto de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do país. Graduou-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1928. Na Europa, especializou-se em eletrocirurgia com o médico Franz Keysser e em reconstituições para corrigir problemas decorrentes dos tumores. Em sua carreira de médico em São Paulo, foi nomeado professor assistente na cátedra de Técnica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1931 e, a partir de 1935, assumiu a cadeira de professor catedrático de Cirurgia Reparadora e Plástica da Escola Paulista de Medicina.

A atuação do médico paulista esteve prioritariamente voltada para discussões acerca do câncer e das formas de controle, tendo publicado vários artigos sobre o tema. A partir de 1934, Antônio Prudente liderou a iniciativa para criação de uma liga contra a doença, segundo ele a melhor forma de potencializar as ações contra o câncer no estado de São Paulo. Propôs a criação de “postos anticancerosos”, com função apenas diagnóstica, a serem montados na capital e no interior do estado. O plano de Prudente, assim como o de Saint Pastous, buscava expandir os serviços de combate ao câncer no interior (Prudente, 1935).



Figura 1: Distribuição geográfica dos Centros e Postos de Combate ao Câncer no estado de São Paulo (Prudente, 1935, p.180)

Em 1935 fundou-se a Associação Paulista de Combate ao Câncer (Apca), que tinha por objetivo arrecadar fundos para a construção de um Instituto de Câncer em São Paulo, de diagnóstico e tratamento de doentes, a educação por meio de campanhas elucidativas e informativas sobre a doença e a especialização médica para seu controle e tratamento (Prudente, 1935). Naquele período o médico já contava com postos de destaque em associações internacionais: era vice-presidente da Liga Pan-americana de Luta Contra o Câncer, além de membro da comissão diretora da mesma organização.

Antônio Prudente apresentou um projeto nacional de combate à doença que versava sobre a criação de uma organização anticancerosa para o Brasil. O projeto, conhecido como Rede Nacional Contra o Câncer, causou tensão no SNC e levou o então diretor interino Sérgio Barros de Azevedo a escrever às autoridades governamentais argumentando que o referido projeto coincidia, em muitos pontos, com o programa já estabelecido por aquele Serviço (Azevedo, 3 mar. 1943). O programa do SNC já teria sido divulgado ao governo, e estava solidificado no Plano Nacional de Combate ao Câncer, que possuía muitos pontos em comum com a proposta paulista.

Na correspondência de Sérgio Azevedo ao diretor do DNS, João de Barros Barreto, o argumento é claro: a rede paulista desconhecia as ações em curso pelo Serviço Nacional do Câncer em consonância com o Ministério, e por isso havia proposto medidas já discutidas. Azevedo destaca que o projeto do Serviço Nacional do Câncer fora pensado e constituído com base em meticoloso estudo, realizado em todas as unidades da federação. Por isso,

além de contemplar aspectos importantes da realidade nacional, relativos às necessidades e realizações de combate à doença já em curso, apresentava indicações detalhadas sobre as possíveis fontes de recursos financeiros para execução das propostas. O Quadro 1 apresenta as semelhanças entre as propostas do plano de Antônio Prudente e do projeto de ação do SNC.

Quadro 1: Propostas da Rede Nacional Contra o Câncer e o Plano Nacional de Combate ao Câncer

Rede Nacional Contra o Câncer	Plano Nacional de Combate ao Câncer
Construção de um Instituto Nacional de Câncer	Construção de um Instituto Central de Câncer
Divulgação de propaganda anticancerosa por todo o país	Intensa campanha de propaganda e de educação
Criação, em outros centros do país, de institutos regionais ligados às faculdades de medicina locais	Instalação de centros anticancerosos nas capitais, de preferência anexos aos hospitais gerais
Formação de técnicos e especialização de médicos ligados à Rede Nacional Contra o Câncer, bem como do público leigo	Educação de profissionais não médicos; educação dos médicos não especializados; e criação de cursos de aperfeiçoamento

As semelhanças organizacionais entre os dois planos demonstram que Antônio Prudente, Sérgio Azevedo e Mário Kroeff pensavam as ações de combate ao câncer a partir dos mesmos pressupostos quanto à estruturação de políticas de saúde pública. Longe de representar uma disputa de concepções sobre a cancerologia e sua estrutura de ação, a querela entre a Apca e o SNC foi uma disputa política pela liderança gerencial na estrutura estatal da cancerologia, formada nesse período.

Endossando a argumentação e aludindo ao apoio irrestrito do governo às ações sobre a órbita do SNC, Sérgio Azevedo finda sua correspondência: “São estas Sr. Diretor [João de Barros Barreto], as considerações que julgo oportunas formular, a propósito do projeto do Prof. Antonio Prudente, que naturalmente não está em pleno conhecimento de nosso programa e de nossas atividades que continuam a ser exercidas intensivamente e com os maiores sacrifícios, apesar de todas as dificuldades sobejamente conhecidas por V.S.” (Azevedo, 3 mar. 1943). Pode-se, pois, perceber a disputa por territórios de ação do SNC através da negação de uma iniciativa privada de controle do câncer que não passava necessariamente sob o crivo do órgão.

Quando o projeto de Antônio Prudente chegou ao conhecimento de Kroeff ainda nos EUA, este escreveu a Capanema pontuando sua profunda desilusão com as atitudes do governo federal e dos colegas paulistas (Kroeff, s.d., fot.849-850). Na carta, Kroeff ressaltou as principais ações desenvolvidas pelo SNC, suas respostas sociais à problemática do câncer, tanto com relação a políticas públicas quanto ao auxílio aos pacientes terminais. Afirmou que projetar uma campanha era uma atividade de pouca magnitude; o verdadeiro desafio era articulá-la e executá-la em moldes adequados e visando ao bem-estar geral. Aguçando sua argumentação, afirma: “planejar uma campanha no papel de nada vale ...” (Kroeff, 9 mar. 1943). Lembrava que a ação do SNC fora orientada com responsabilidade inerente ao assunto, planejamento prévio e conscientização do árduo trabalho que haveria de ser desenvolvido. E criticava abertamente a súbita apresentação de considerações paulistas,

formuladas e apresentadas no período de sua ausência do país, o que se chocava com os interesses do SNC e o trabalho por ele desenvolvido.

Capanema recebeu a carta de Mário Kroeff por intermédio de Luiz Simões Lopes, que deixou um bilhete com a carta anexa. Para Lopes, Kroeff fora mal informado, por isso sua carta tinha um tom amargo (Kroeff, 9 mar. 1943). João de Barros Barreto, diretor-geral do DNS, também comentou o que chamou de Plano Prudente:

Deixando de parte apreciar os dados bioestatísticos em que se apoia esse médico, devo salientar que, desde a criação, deu-se pressa em realizar o SNC um inquérito preciso nas capitais brasileiras. Como consta do relatório relativo ao ano 1941 ... foi elaborado um plano de ação nacional, que apenas por deferência para com o Diretor do serviço, dr. Mário Kroeff, ausente do Brasil, não foi por mim encaminhado a V.Ex. ... Também cuidou o SNC do financiamento, por maneira mais prática que a sugerida pelo dr. Antônio Prudente Em síntese, Sr. Ministro, o Plano Prudente constitui um subsídio à solução do problema, para que o SNC não tem descurado esforços, malgrado a massa imensa de dificuldade com que tem lutado e que vai procurando vencer (Barreto, 4 mar. 1943).

A discussão expõe o impasse gerado pelo projeto do paulista Antônio Prudente, entre a direção do SNC e o Ministério da Educação e Saúde. Conforme apontado, estavam em disputa naquele momento a primazia e o protagonismo na proposição de ações articuladas de combate ao câncer no território nacional. Assim, o SNC reclamava para si essa função, baseado no discurso da oficialização, visto que fora criado e estava engendrado na órbita do Ministério varguista – o que, no entanto, não exclui a fragilidade inerente ao Serviço, seja em sua atuação, ainda tímida com relação à doença, ou na conformação de seus parâmetros institucionais, ainda em curso.

Em 19 de outubro de 1943, a Associação Paulista de Combate ao Câncer foi incorporada à Campanha Nacional Contra o Câncer, ficando subordinada ao SNC (decreto-lei 5.889). A regulamentação do órgão federal foi oficializada pelo decreto 15.971, de 4 de julho de 1944, com a aprovação de seu regimento, que detalhava estrutura, objetivos e formas de atuação. Mas no mesmo ano, os planos de ação da Apca voltaram a incomodar o diretor do Serviço, que, ao tomar conhecimento do programa de ação e dos estatutos da Associação, enviou, em caráter particular, correspondência a Gustavo Capanema sugerindo restrições ao projeto de estatuto da instituição:

peço licença para sugerir a V. Excia as restrições que me parecem cabíveis no projeto de Estatutos da “Associação Paulista de Combate ao Câncer”, ora submetido à apreciação do governo Faço-o em caráter particular, como me foi solicitado ... entretanto, devia ser em caráter oficial, pois que ao Serviço Nacional de Câncer cabe audiência, como órgão de controle da campanha contra o câncer no território nacional, conforme dispõe o próprio decreto de sua criação.

No artigo 1º da “Associação Paulista de Combate ao Câncer” onde se lê “com ação em todo o território nacional” leia-se “subordinada ao Serviço Nacional de Câncer”.

No artigo 4º, letra b, onde se lê [criação de um] Instituto de Câncer, leia-se “Instituto Paulista de Câncer” ou “Instituto Regional de São Paulo” (Kroeff, s.d., fot.947).

Esta última restrição de Kroeff ao estatuto da Associação advinha da semelhança, notada pelo diretor, com um artigo do segundo capítulo (“Da organização”) do regimento do

Serviço Nacional de Câncer, apontando que o Instituto de Câncer era parte constitutiva da organização do órgão federal. O diretor argumentava que o título Instituto do Câncer, da Apca, poderia futuramente acarretar colisões de nomenclatura e dualidade de atribuições. Para Kroeff, “ao Serviço Nacional de Câncer cumpre executar e controlar a luta contra o câncer em todo o território nacional” (Kroeff, s.d., fot.947).

Cabe ressaltar que o arranjo proposto na organização do SNC mostrou-se fraco diante da pouca verba e atenção recebidas em seu período inicial de atividade. Seus relatórios entre 1942 e 1945 apontam a sua pouca atividade, além da verba escassa, em comparação a outros serviços nacionais. Apesar das inúmeras funções delegadas ao órgão, as atividades estiveram limitadas a tratamentos clínicos e ações de educação sanitária, pregando-se o diagnóstico precoce como principal arma no combate à doença e afirmando-se a máxima da curabilidade do câncer. Sua fragilidade institucional se refletiu na diversidade de projetos relativos ao combate à enfermidade, em dissonância com a centralização normativa da saúde pública, típica da época.

Em 1945, após os percalços que envolveram a apresentação de planos de trabalho da APCC e do SNC, Antônio Prudente Meireles de Moraes viajou para os Estados Unidos, em entendimento com a autoridade sanitária federal de lá. Foi designado por Gustavo Capanema para realizar pesquisas e trabalhos sobre o problema do câncer naquele país. Conforme o ministro, a razão de enviar Antônio Prudente àquele país tinha sido a incorporação da Apca à Campanha Nacional Contra o Câncer, em 1943 (Capanema, 2 jul. 1945). Em correspondência a Prudente, Gustavo Capanema enalteceu a missão do médico na América do Norte e seus intuitos. Com destaque para a campanha empreendida no Brasil no combate ao câncer, salientava a mobilização dos poderes públicos e de instituições de natureza privada em investigações científicas, com resultados seguros e satisfatórios. E finalizava pontuando interesses e expectativas da viagem do médico paulista: “Ciente de sua próxima viagem aos Estados Unidos, venho solicitar-lhe que, nos meios científicos daquele país, recolha o maior número possível de dados, informações e estudos, que possam permitir-nos imprimir aos trabalhos profiláticos e assistenciais empreendidos rumos cada vez mais seguros” (Capanema, 3 ago. 1945).

Para que a estada de Antônio Prudente transcorresse bem, Capanema enviou correspondência a José Roberto de Macedo Soares, então ministro das Relações Exteriores, solicitando que o Itamaraty desse ao médico todas as facilidades possíveis nos EUA. Enquanto Antônio Prudente esteve nos Estados Unidos, o ministro da Educação e Saúde não recebeu qualquer relatório ou correspondência do médico. Uma hipótese razoável é que a viagem coincidiu com o período final do governo de Getúlio Vargas, tumultuado por crises políticas internas que culminaram na deposição do governo, pelas forças armadas, em 29 de outubro de 1945, e, consequentemente, a saída de Gustavo Capanema do Ministério. De qualquer forma, deve-se destacar a viagem do diretor da Associação de Paulista de Combate ao Câncer como mais um elemento de análise sobre esse período, marcado pela inserção definitiva do câncer na agenda estatal e tendo como uma de suas partes integrantes o intercâmbio científico entre Brasil e Estados Unidos.

Considerações finais

O intuito deste artigo foi discutir a institucionalização das ações contra o câncer no Brasil da década de 1940, a partir de dois percursos históricos. Inicialmente, o contexto internacional esteve privilegiado e eventos como a Segunda Guerra Mundial e as disputas entre potências deram origem à ‘política da boa vizinhança’, que se de um lado significou intensas trocas culturais, de outro resultou em profundas alterações na estruturação local dos serviços de saúde e em pesquisas científicas, num período histórico no qual a influência norte-americana se expandia para diversos setores do país. Tais transformações influenciaram diretamente as pesquisas e os serviços voltados para o combate ao câncer, através das viagens de estudo de profissionais, que as utilizaram para levar a cabo seus projetos de nível local e nacional.

Longe de representar mera imposição de um país a outro, esse processo significou a assimilação de preceitos internacionais de organização dos serviços de cancerologia e sua adaptação às necessidades locais. Tal consequência foi abordada a partir de duas dimensões: a pública, representada pelo SNC e seu então diretor Mário Kroeff; e as privadas, como as ações paulistas e a do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, mostrou-se que tais iniciativas não foram excludentes, mas sim complementares no processo de institucionalização da cancerologia no país. As controvérsias entre poder público e privado, a exemplo da Rede Nacional Contra o Câncer e do Plano Nacional de Combate ao Câncer, ilustram uma disputa pela primazia na organização do combate à doença e não propriamente um desacordo entre instituições. De fato, o que estava em questão era o protagonismo a ser exercido na postulação de ações e iniciativas de combate ao câncer, numa conjuntura de reestruturação dos serviços de saúde nacionais.

NOTAS

¹ Em resenha crítica *Imperialismo sedutor*, André Luiz Vieira de Campos (2001) aponta que o autor do livro, Antônio Pedro Tota, limitou-se ao campo das relações culturais entre os americanos e brasileiros no período da ‘política da boa vizinhança’. Como demonstra o autor, o Office of Coordinator of Inter-American Affairs (OCIIA) atuou em diferentes esferas, como a agricultura, sistema de saúde, administração pública, sistemas de transporte, educação.

² O método consistia em um bisturi que transmitia intenso calor aos tecidos por meio de energia elétrica de alta frequência, possibilitando incisões mais amplas e, por coagular os tecidos próximos à ação do bisturi, diminuía o sangramento nas operações.

³ As instituições incorporadas à Campanha Nacional Contra o Câncer foram: Sociedade Médica de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul (decreto-lei 4.975, de 19 de novembro de 1942); Associação Paulista de Combate ao Câncer (decreto-lei 5.889, de 19 outubro de 1943); Instituto de Radium de Minas Gerais (decreto-lei 6.829, de 26 de agosto de 1944); e Liga Bahiana Contra o Câncer (decreto-lei 6.525, de 24 de maio de 1944).

⁴ A agência criada em 1940, sob o nome de Office for the Coordination of Commerce and Cultural Relations between the American Republics, que em 1941 mudou seu nome para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, passou a se chamar, a partir de 1944, Office of Inter-American Affairs.

⁵ O discurso de Franklin Roosevelt de 1941 no Congresso norte-americano, apontava as quatro liberdades fundamentais a que todos os seres humanos deveriam ter direito: escolha, expressão, religião e medo.

REFERÊNCIAS

ANAISS...

Anais da Sociedade Médica de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: s.n. 1943.

ARANHA, Osvaldo.

Correspondência a Nelson Aidrich Rockefeller. Arquivo Osvaldo Aranha, fot.191 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC). s.d.

AZEVEDO, Sérgio.

Correspondência a João de Barros Barreto. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, rolo 66, fot. 927. (CPDOC). 3 mar. 1943.

BARRETO, João de Barros.

Correspondência a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, GC38.02.05-H (CPDOC). 4 mar. 1943.

BARRETO, João de Barros.

Projeto de luta anticancerosa no Brasil. In: Primeiro Congresso Brasileiro de Câncer, 1935. Rio de Janeiro. *Actas e trabalhos...* . Rio de Janeiro: Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; Ministério da Educação e Saúde Pública. p.83-204. 1936.

BRASIL.

Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. *Resenha da luta contra o câncer no Brasil: documentário do Serviço Nacional de Câncer.* Brasília: Ministério da Saúde. (História da Saúde no Brasil, 1). 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira.

Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

CAMPOS, André Luiz Vieira.

Olhares sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.757-760. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2008. 2001.

CAPANEMA, Gustavo.

Correspondência a Antonio Prudente Meireles de Morais. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondências, fot.1020. (CPDOC). 3 ago. 1945.

CAPANEMA, Gustavo.

Correspondência a José Roberto de Macedo Soares. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, fot.1018. (CPDOC). 2 jul. 1945.

CAPANEMA, Gustavo.

Correspondência a Mário Kroeff. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, GC38.02.05-H (CPDOC). 4 jul. 1942.

FONSECA, Cristina M. Oliveira.

Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

FREITAS, Antônio Saint Pastous.

Correspondência a Osvaldo Aranha. Arquivo Osvaldo Aranha, fot. 192. (CPDOC). 27 ago. 1941.

FREITAS, Antônio Saint Pastous.

Relatório de viagem à América do Norte. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, GC38.02.05-A. (CPDOC). s.d.

KROEFF, Mário.

Correspondência a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, GC38.02.05-A. (CPDOC). 9 mar. 1943.

KROEFF, Mário.

Correspondência a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, rolo 66, fot.849-850. (CPDOC). s.d.

KROEFF, Mário.

Correspondência a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência, fot.947. (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil). s.d.

MOURA, Gerson.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). In: Albuquerque,

J.A. (Ed.).

Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Nupri-USP. 1995.

MOURA, Gerson.

Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

PORTUGAL, Olympio.

O problema do câncer. *O Brasil Médico,* Rio de Janeiro, n.4, p.34-36. 1910.

PRUDENTE, Dr. Antônio.

O câncer precisa ser combatido. São Paulo: Calvino Filho. 1935.

SANGLARD, Gisele Porto.

Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro,

1920-1940. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
2008.

SODRÉ, Azevedo.
Freqüência do câncer no Brasil. *O Brasil Médico*,
Rio de Janeiro, n.23, p.229-232. 1904.

TEIXEIRA, Luiz Antonio.
O câncer na mira da medicina brasileira. *Revista
Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro,
v.2, n.1, p.104-117. 2009.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; FONSECA, Cristina
M.O.

*De doença desconhecida a problema de saúde
pública: o INCA e o controle do câncer no
Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do
Câncer. 2007.

TOTA, Antônio Pedro.
*O imperialismo sedutor: a americanização
do Brasil na época da Segunda Guerra*.
Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2000.

